



## Câmara Municipal de Itaúna do Sul

Estado do Paraná

Avenida Brasil, 883 – Centro – CEP 87980-000

Caixa Postal 11 – Itaúna do Sul-PR

Fone/Fax: (44) 3436-1659

[www.itaunadosul.pr.leg.br](http://www.itaunadosul.pr.leg.br)

### PROJETO DE LEI Nº 006/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAUNA DO SUL	
APROVADO EM	Primeira
VOTAÇÃO	02 / 03 / 23
5 VOTOS FAVORÁVEIS	3 VOTOS
CONTRÁRIOS E	AUSENTES
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE 1º SECRETÁRIO

**SÚMULA:** Acrescenta incisos ao artigo 20 da Lei Municipal nº 1.105/2015 que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna do Sul aprovou, e eu, Sidnei Carrilho Pelizer, Presidente do Poder Legislativo Municipal, encaminho para sanção governamental o seguinte projeto de lei:

**Art. 1º** - Ficam acrescentados os incisos XI e XII ao artigo 20 da Lei Municipal nº 1.105/2015, com a seguinte redação:

#### Art. 20 (...)

**XI** - possuir, no ato de posse, CNH - Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria B.

**XII** - possuir conhecimentos de informática básica, comprovado mediante certificado e teste simplificado.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAUNA DO SUL	
APROVADO EM	Segunda
VOTAÇÃO	08 / 05 / 23
4 VOTOS FAVORÁVEIS	3 VOTOS
CONTRÁRIOS E	AUSENTES
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE 1º SECRETÁRIO

Sidnei Carrilho Pelizer  
Presidente.

Itaúna do Sul, 02 de maio de 2023.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### ASSUNTO:

Acrescenta incisos ao artigo 20 da Lei Municipal nº 1.105/2015 que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e dá outras providências.

#### PROPONENTE:

Poder Executivo

#### TRAMITAÇÃO:

Urgente





## **Câmara Municipal de Itaúna do Sul**

### **Estado do Paraná**

Avenida Brasil, 883 – Centro – CEP 87980-000

Caixa Postal 11 – Itaúna do Sul-PR

Fone/Fax: (44) 3436-1659

[www.itaunadosul.pr.leg.br](http://www.itaunadosul.pr.leg.br)

Submetemos à apreciação de Vossas Excelências, para apreciação e decisão, o pedido de acréscimo de incisos ao artigo 20 da Lei Municipal nº 1.105/2015 que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e dá outras providências.

Tais alterações buscam fixar dois novos requisitos para as candidaturas ao pleito de conselheiro municipal: conhecimento básico em informática e carteira nacional de habilitação.

As referidas exigências aos candidatos a conselheiros têm como escopo a facilitação do serviço prestado, o tornando mais célere. O Município não tem como disponibilizar motorista em caráter permanente para ficar à disposição do Conselho Tutelar, considerando que, por tratar-se de município pequeno, com menos de 4 mil habitantes, a baixa demanda não justifica o recurso. Além disso, é evidente que conduzir veículo oficial não usurpa a função, tampouco caracteriza acúmulo, tendo em vista que a utilização do carro pelo servidor é inerente das suas próprias atividades.

Lado outro, saber utilizar um computador é requisito básico para qualquer trabalho atualmente. Nenhuma organização pode ficar sem o auxílio da informática, é através dela, que tudo é resolvido. O mundo está informatizado, Existe informática em quase tudo que fazemos e em quase todos os produtos que consumimos. O Conselheiro Municipal, durante todo o mandato, estará em constante contato com o computador, através do qual deverá elaborar relatórios, ofícios, responder e-mails, trocar mensagens instantâneas, imprimir, acessar sistemas, entre outros, sendo imprescindível habilidade técnica para tanto.

Quanto a legalidade da exigência destes requisitos, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a necessidade de o candidato às vagas de Conselheiros Tutelares possuir reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no Município seriam apenas as condições mínimas a serem atendidas pelo interessado, sendo permitido ao Município estabelecer requisitos complementares que estejam de acordo com a realidade local.

Nesse diapasão:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO-CONHECIMENTO. PENDÊNCIA DE RECURSO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE PERDA DO OBJETO. AÇÃO CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO. ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR. EXIGÊNCIA DE PROVA ESCRITA. LEI MUNICIPAL. POSSIBILIDADE.

1. A perda de objeto da ação cautelar, diante de não-conhecimento de agravo de instrumento, não ocorre quando o acórdão que nega provimento ao agravo regimental ainda se encontra passível de recurso.

2. O Município, com fundamento no art. 30, II, da CF/88, pode estabelecer requisitos outros além dos estampados no art. 133, do ECA, para eleição de membro do conselho tutelar, porquanto, que o referido dispositivo somente veiculou condições mínimas necessitam ser alongadas, a fim de sublevar a referida função. Precedente: REsp 402155/RJ; Rel. Min. Francisco Falcão - PRIMEIRA TURMA, DJ 15.12.2003. Agravo regimental improvido.

(AgRg na MC 11.835/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/2007, DJ 28/03/2007, p. 198)





## **Câmara Municipal de Itaúna do Sul**

### **Estado do Paraná**

Avenida Brasil, 883 – Centro – CEP 87980-000

Caixa Postal 11 – Itaúna do Sul-PR

Fone/Fax: (44) 3436-1659

[www.itaunadosul.pr.leg.br](http://www.itaunadosul.pr.leg.br)

RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CANDIDATURA A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR. LEI MUNICIPAL EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE MÍNIMA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 133 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

I - A Lei nº 620/98, do Município de Duas Barras, Estado do Rio de Janeiro, ao exigir que os candidatos a Conselheiro do Conselho Tutelar possuísem, pelo menos, o primeiro grau completo, apenas regulamentou a aplicação da Lei nº 8.069/90, adequando a norma às suas peculiaridades, agindo, portanto, dentro da sua competência legislativa suplementar (art. 30, inc. II, da CF).

**II - O art. 133 do ECA não é taxativo, vez que apenas estabeleceu requisitos mínimos para os candidatos a integrante do Conselho Tutelar, que é serviço público relevante, podendo, inclusive, ser remunerado.**

III - Recurso especial provido.

(REsp 402.155/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/10/2003, DJ 15/12/2003, p. 189)

Neste sentido também é o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná:

Apelação cível. MANDADO DE SEGURANÇA. ELEIÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR DE TERRA RICA. ORDEM DENEGADA PELO MAGISTRADO DE ORIGEM. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, PELO CANDIDATO, DE HABILITAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULOS. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE QUE PREVIU EXPRESSAMENTE QUE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DEVE SER ESTABELECIDO PELOS MUNICÍPIOS.** STJ QUE, NAS OPORTUNIDADES EM QUE SE DEBRUÇOU SOBRE A MATÉRIA, CONSIGNOU QUE OS REQUISITOS ELENCADOS NO ART. 133 DA LEI Nº 8.069/1990 NÃO SE QUALIFICARIAM COMO TAXATIVOS, MAS SERIAM APENAS AS CONDIÇÕES MÍNIMAS A SEREM ATENDIDAS PELOS INTERESSADOS, ENCONTRANDO-SE DENTRO DA ESFERA DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS ACRESCEM OUTRAS EXIGÊNCIAS, DE ACORDO COM A SUA ESPECÍFICA REALIDADE E NECESSIDADES PRÓPRIAS, CONSOANTE ART. 30, INCISO I, DA CF. **POSSIBILIDADE DE SE EXIGIR DO INTERESSADO QUE POSSUA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO – CNH PARA EXERCÍCIO DO MÚNUS PÚBLICO. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA.** IMPETRANTE QUE NÃO COMPROVOU NOS AUTOS QUE ATENDIA AO QUESITO NA DATA DA POSSE. ESCRUTÍNIO QUE JÁ OCORREU, TENDO SIDO ENCERRADO O PLEITO. PERDA DE OBJETO. ACOLHIMENTO DA PRETENSÃO AUTURAL QUE AFETARIA A ESFERA JURÍDICA DE TERCEIROS, QUE NÃO INTEGRARAM A LIDE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.



## **Câmara Municipal de Itaúna do Sul**

**Estado do Paraná**

Avenida Brasil, 883 – Centro – CEP 87980-000

Caixa Postal 11 – Itaúna do Sul-PR

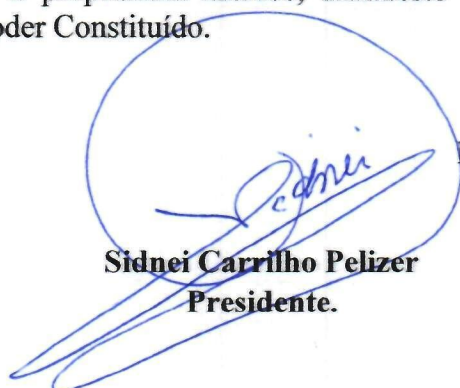
Fone/Fax: (44) 3436-1659

[www.itaunadosul.pr.leg.br](http://www.itaunadosul.pr.leg.br)

(TJPR - 4ª Câmara Cível - 0001543-40.2019.8.16.0167 - Terra Rica - Rel.:  
DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA - J.  
30.03.2020)

Esta é, em síntese, a proposta legislativa ora encaminhada à apreciação de Vossas Excelências. Diante da pertinência e importância da matéria, contamos com a aprovação do projeto de lei em questão.

Certo da atenção que a propositura merece, manifesto minhas considerações pessoais a Edilidade que compõe este Poder Constituído.



**Sidnei Carrilho Pelizer**  
**Presidente.**

Itaúna do Sul, 02 de maio de 2023.